



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

51) Aponte a alternativa correta de acordo com o texto do Código Penal.

- a) comete o crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório, previsto no artigo 356, quem inutiliza, total ou parcialmente, ou deixa de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador.
- b) comete o crime de exploração de prestígio quem solicita, exige ou recebe dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.
- c) comete o crime de desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito quem exercer função, atividade, direito, autoridade, de que foi cassado ou suspenso por decisão judicial.
- d) comete o crime de violência ou fraude em arrematação judicial quem procura afastar concorrente ou licitante, exclusivamente por meio de fraude ou oferecimento de vantagem.

RESPOSTA: A. Sendo tal alternativa prevista no artigo 356 do Código Penal.

A alternativa B é errada pois inclui o verbo exigir, o que não consta no rol do artigo 357. Já a alternativa C é incorreta pois, de acordo com o artigo 359, não está expressa a hipótese de cassação, pois o que consta no artigo é a suspensão ou a privação. A alternativa D é errada pois no texto legal está previsto a violência, a grave ameaça, a fraude e o oferecimento de vantagem.

DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

52) Assinale a alternativa incorreta

- a) comete o crime de contratação de operação de crédito quem ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.
- b) incide na mesma pena do artigo 359-A quem ordena, autoriza ou realiza a operação de crédito, interno ou externo com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em decreto do Presidente da República.
- c) comete o crime de ordenação de despesa não autorizada quem ordena despesa não autorizada por lei.
- d) comete o crime de prestação de garantia graciosa quem presta garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra garantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.

RESPOSTA: B. Pois tal assertiva está em desconformidade com o artigo 359-A, parágrafo único, inciso I, pois o texto legal prevê a resolução do Senado Federal e não decreto Presidencial.

53) Assinale a alternativa correta

- a) comete o crime do artigo 359-B quem ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
- b) comete o crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura quem ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos últimos dois meses do último ano de mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro.
- c) comete o crime de aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura quem ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos noventa dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.
- d) comete o crime do artigo 359-H quem ordenar a promoção de oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida privada sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia.

RESPOSTA: A. Pois está em conformidade com o artigo citado na assertiva. As outras são incorretas devido ao fato de possuírem, respectivamente, os seguintes erros: o prazo da alternativa B não é de dois meses, mas sim de dois quadrimestres (oito meses), na alternativa C o prazo é de cento e oitenta dias, a letra D os títulos são da dívida pública e não privada.

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

54) O artigo 213 do Código Penal prescreve o delito de estupro, crime que sofreu profundas alterações no ano de 2009. Diante do enunciado aponte a alternativa que se encontra correta segundo o texto legal.

- a) comete o crime quem mediante violência constrange alguém a manter conjunção carnal (sexo vaginal) ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.
- b) o estupro tem a pena aumentada se a vítima é menor de quatorze anos.
- c) o homem não pode ser vítima de estupro, pois o artigo prevê somente o constrangimento da mulher.
- d) é expressamente previsto o estupro na modalidade culposa.

RESPOSTA: A. Pois é o texto que está previsto no artigo 213. Com a alteração na lei, tanto o homem quanto a mulher podem ser vítimas ou autores deste crime. A pena é maior quando a vítima possui entre quatorze e dezoito anos e, não existe estupro culposos. Se a vítima for menor de quatorze anos o agente não responde por tal crime, mas sim, por outro.

55) Assinale a alternativa incorreta segundo o texto legal.

- a) comete o crime de violação sexual mediante fraude quem tiver conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima.
- b) se o crime de violação sexual mediante fraude for cometido com a finalidade de obter vantagem econômica, aplica-se também a pena de multa.
- c) comete o crime de assédio sexual quem constrange alguém, como o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de subalterno ou descendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.
- d) se a vítima do crime de assédio sexual for menor de dezoito anos a pena do agente será aumentada em até um terço.

RESPOSTA: C. Pois o crime de assédio sexual, no Brasil, pressupõe uma relação de superior hierárquico para o subalterno, situação inversa que consta na assertiva. Sempre do chefe para o subordinado, não o contrário.

56) Sobre o delito de estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A do Código Penal, assinale a correta.

- a) pune quem mantém relação carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém maior de quatorze anos.
- b) comete também tal crime quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou, que por qualquer outra causa não pode oferecer resistência.
- c) a lei pune mais severamente se a vítima sofrer lesões corporais de natureza leve.
- d) quando o estupro de vulnerável resultar em morte da vítima o agente responde somente pelo crime de homicídio.

RESPOSTA: B. Visto que tal assertiva está prevista no artigo 217-A, §1º. Todavia, as alternativas A, C e D são incorretas porque apresentam, respectivamente, os seguintes erros: tal crime pune quem comete contra pessoas menores de quatorze anos; a lei pune mais severamente que sofre lesões corporais graves e, principalmente quando resultar em morte da vítima o agente responde por tal agravante e, não pelo crime do artigo 121, homicídio, conforme estatui o artigo 217-A, §4º.

57) Aponte a alternativa correta segundo o texto legal.

- a) Comete o crime do artigo 218-A quem, para satisfazer a própria lascívia ou de outrem, pratica na presença de alguém menor de quatorze anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso.
- b) comete o crime do artigo 218-B quem submete, induz ou atrai à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de dezoito anos ou que, por enfermidade física ou mental não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.
- c) o proprietário do local em que se verifiquem as práticas previstas no caput do artigo 218-B não é punido criminalmente.
- d) na hipótese do proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que verifiquem a exploração sexual ou a prostituição de menores de dezoito anos, constitui efeito facultativo da condenação a suspensão da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

RESPOSTA: A. Nesse caso o menor de quatorze anos não pratica qualquer ato sexual, mas, apenas presencia a prática destes atos por outras pessoas.

58) Assinale a alternativa incorreta segundo dispõe o Código Penal.

- a) comete o crime de mediação para servir a lascívia de outrem quem induz alguém a satisfazer a lascívia de outrem.
- b) se a mediação para servir a lascívia de outrem for cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude a pena será agravada, para reclusão de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência.
- c) comete o crime do artigo 228, favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual, quem induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir que alguém a abandone.
- d) comete o crime do artigo 229 do Código Penal quem mantém, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, devendo haver intuito de lucro.

RESPOSTA: D. Pois tal alternativa não está em conformidade com o artigo 229 do C.P, sendo que neste crime previsto, mesmo que não haja lucro.

59) Sobre o crime do artigo 230 do Código Penal, rufianismo, aponte a assertiva incorreta.

- a) pune que tira proveito da prostituição alheia.
- b) pune quem faz se sustentar, no todo ou em parte, por quem exerça a prostituição.
- c) não tem a pena aumentada se o crime é cometido por irmão da vítima.
- d) em caso de violência ou grave ameaça a pena é aumentada.

RESPOSTA: C. Porque está previsto no artigo 230, §1º, do C.P. que o rufianismo praticado pelo irmão da vítima terá sua pena aumentada.

DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

60) Sobre o crime de moeda falsa, previsto no artigo 289 do Código Penal, aponte a alternativa incorreta segundo o texto legal.

- a) pune quem falsifica alterando ou falsificando a moeda metálica ou papel moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.
- b) pune com as mesmas penas da falsificação quem introduz na circulação moeda falsa.
- c) não permite a punição quem tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada e a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade.
- d) permite a punição do diretor de banco emissor que emita papel moeda em quantidade superior á autorizada.

RESPOSTA: C. Porque está em desacordo com o artigo 289, §2º, sendo que é prevista a punição quem recebe de boa fé moeda falsa, percebe tal falsificação e restitui o papel moeda á circulação no mercado.